



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

ATA 14ª REUNIÃO COMITÊ ÚNICO GESTOR ORÇAMENTÁRIO DE 1º GRAU			
Local: Sala das Câmaras Cíveis Reunidas – Prédio Sede		Data: 31/08/2018	
PARTICIPANTE	TRIBUNAL	CONTATO	E-MAIL
Augusto Bruno de Moraes Favacho	TJPA	-	bruno.favacho@tjpa.jus.br
Francisco Mateus da Costa Mota	TJPA	-	francisco.mota@tjpa.jus.br
Mário de Jesus Soares Rosa	SINDOJUS/PA		sindojuspa@gmail.com
Vanderley de Oliveira Silva	TJPA	-	vanderley.oliveira@tjpa.jus.br
Marcos Nerivan Pureza da Costa	TJPA	-	marcos.costa@tjpa.jus.br
Antonio Francisco Gil Barbosa	TJPA	-	antonio.gil@tjpa.jus.br
Augusto Sidney Rodrigues	SINDJU - COMITÊ	-	Augusto.rodrigues@tjpa.jus.br
Fábio Hellann Martins Costa	SINJEP/PA		rada.mage@gmail.com
Sueli Azevedo	Secretária de Planejamento	-	secplan@tjpa.jus.br
Maria de Nazaré Saleme	Secretária de Planejamento adjunta		
Aberta a reunião às 09:00 h pelo Coordenador Vanderley de Oliveira Silva que deu as boas-vindas dando início a reunião e discussão dos pontos em pauta.			
ASSUNTOS DISCUTIDOS			
Teto Orçamentário do poder Judiciário de 2019			



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

Pontos Discutidos

- 1- Discutir o Teto orçamentário do Poder Judiciário de 2019, com posicionamento do Comitê Gestor de 1º Grau para encaminhamento de propostas à Administração do TJPA. Discutir a implementação da Resolução 219 do CNJ, com a análise de modelos de outros Estados que já a implementaram.
- 2- Outras demandas administrativas.

- inicialmente o coordenador relatou as providências efetivadas das deliberações da última reunião, informando a resposta dos tribunais acerca da implementação da resolução 219 do CNJ. O coordenador determinou que seja encaminhado à SEPLAN e Secretaria de Gestão o material encaminhado pelos tribunais do Ceará e TRT14a região.

Dr. Augusto Bruno- estabelecer uma interação com a AMB acerca dos trabalhos que estão sendo realizados visando subsidiar os tribunais em relação à implementação da res. 219 do CNJ.

Maria Nazaré Saleme- procedeu à leitura do ofício encaminhado ao Comitê Único Gestor Orçamentário.

Sueli Azevedo- declarou que há um planejamento estratégico que norteia as diretrizes para um determinado período. Que o plano de gestão se dá a cada biênio. O TJ está sob a égide do plano plurianual que não coincide com o plano nacional mais se ajusta. As ações da SEPLAN estão consignadas a luz do plano estratégico nacional e o plano plurianual que é de quatro anos. A constituição do estado prescreve que cada município é sede de comarca e isso é um desafio para o /tribunal pois tem que estar presente em todos os municípios.

A estrutura do TJ se torna pesada por conta disso. Hoje são 144 municípios no Estado do Pará. Nestes 144 o TJ já se encontra em 112 municípios. A estrutura do TJ nestes municípios era feita com a ajuda dos municípios. Houve um déficit na estrutura do TJ no interior por conta disso. A criação e manutenção de estrutura do judiciário no interior tem sido um desafio para o Tribunal do Estado.

A secretaria da SEPLAN expôs as unidades administrativas do tribunal, que exige um gasto necessário. Hoje se tem um constante desafio de criar a estrutura necessária para as comarcas do interior.

As receitas líquidas são rateadas pelo Estado do Pará, em torno de 9,76% de 10 bi. Está projetado para o próximo ano 980 milhões resultante de impostos, que financia o gasto com pessoal. Houve uma frustração de receita de 60 milhões relacionada ao ano de 2017. As receitas do FRJ vem das receitas judiciais (as custas) e as extrajudiciais (emolumentos). Essa receita historicamente tinha um desempenho bastante favorável, mas a receita de aplicação e mais outros rendimentos está em torno de 6%, e já foi de 14%. Representava uma receita de 46 milhões e para este ano caiu para 20 milhões.

Sr. Francisco- que este Comitê tem a finalidade de influenciar nas demandas de cada seguimento. Solicitou esclarecimento quanto à metodologia de aplicação das perdas pois existe na constituição prevê reajuste anual. Se ocorrer o reconhecimento das perdas salariais de que forma seria feito.



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

Sueli Azevedo – houve uma mudança de metodologia. A conduta da administração de 2016 foram compelidos a partir da queda da arrecadação. O que determinou foi o cenário econômico com a crise nacional que estava tendo efeitos no Estado. Há quatro a magistratura não tem reajuste. A defasagem é de 25%. Que as reservas foram usadas para atender ao déficit de pessoal e hoje se tem um orçamento justo. O último reajuste da magistratura foi em 2015. O que está sendo negociado a nível nacional uma compensação com auxílio moradia.

Dr. Augusto Bruno- suscitou a questão da elevação de entrância das comarcas de Santarém, marabá, e há uma diferença de custo anual. Qual seria o mecanismo político e orçamentário de repasse de verbas pelo governo do Estado?

Sueli Azevedo- o serviço é de natureza continuada e o repasse do governador seria extra, e pode gerar um déficit futuro. Teria que garantir uma equivalência para garantir uma equivalência.

- Maria de Nazaré Saleme- que recebeu os encaminhamentos do Comitê, que quem faz o levantamento desta questão da elevação das comarcas é a secretaria de gestão. Acredita que a secretaria de gestão tenha levado em consideração a estrutura da comarca da capital e a secretaria de gestão é que vai poder esclarecer esta diferença de valores, quem executa e levanta esse impacto é a secretaria de gestão.

Dr. Augusto Bruno- o modelo proposto pelo governo federal produz perdas para a magistratura.

Sr. Augusto Sidney- destaca as verbas que repercutem na aposentadoria dos servidores, principalmente o auxílio alimentação que não acompanha na inatividade. A metodologia utilizada para o reajuste de 2016 não foi recepcionada pela assembleia legislativa do Pará. Destaca ainda que por ocasião do projeto de lei não constava da exposição de motivos essa metodologia fundada na sumula 51 e que consta da nota técnica. Que a fundamentação da metodologia não constou na época que foi apresenta à ALEPA e a considerou inconstitucional.

Sra. Sueli Azevedo – a administração foi compelida no sentido de adequar. O assunto está sendo tratado pela Presidência e que ainda está sendo tratada.

Maria de Nazaré saleme- esclarece que houve uma reunião e a forma de reajuste e todos os sindicatos estavam presente e acataram a proposta da presidência. Que o projeto foi encaminhado à ALEPA com um paragrafo esclarecendo a metodologia e foi retirado sem autorização do Tribunal e o projeto não foi devolvido ao TJPA. A ALEPA não tem o condão de modificar projeto do tribunal e o presidente solicitou que o projeto fosse aprovado porque tinha se comprometido com os sindicatos e existe uma ata.

Sr.Fabio Herllan- que o SINJEP na época não aceitou a proposta.

Sr. Mário – expõe que se espanta que não consta do orçamento a priorização do 1º grau. Das 112 comarcas são precárias e a elevação da comarca de Marabá, Santarém e Ananindeua não é prioritária neste contexto. a prioridade do comitê tem partir da premissa que é conhecer os recurso do tribunal e aplicar na prioridade do 1º grau. Que propõe um



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

	<p>coordenador de fórum em cada comarca e que o mesmo relate a situação da comarca ao comitê.</p> <p>O coordenador ressalta a necessidade de diálogo para a implementação da resolução 219.</p> <p>Sr. Mario- o Estado do Pará é um Estado continental. O tribunal não tem servidores suficientes.</p> <p>Sr. Marcos- pondera que se continue o estudo para o reajuste dos servidores. Entende que o tribunal tem que prepara para isso. Crê que a perda salarial de 7 por cento pode ser compensada nos anos. Os servidores esperam por isso.</p> <p>Dr. Augusto Bruno- que todos os Estados do Brasil tem comarcas de 3ª entrância. Somente dois não tem. A elevação para 3ª entrância de comarcas eleva o nível do serviço, e fixa o juiz na comarca. Pondera a burocracia do tribunal e cre que deve ser feita uma reengenharia para facilitar o trabalho.</p> <p>Sr. Mario – a isonomia funcional do magistrado é muito importante, não importando onde esteja desempenhando sua função, 1ª, 2ª, ou 3ª entrância.</p> <p>Sr. Sidney- solicita que sejam encaminhadas as ata das reuniões que precederam o projeto de reajuste pela SEPLAN ao SINDJU, onde está assentada a concordância com a metodologia do reajuste dos servidores do ano de 2015 em diante.</p> <p>Sra. Sueli Azevedo- Alguns estados não tem o dever constitucional de estar em todos os municípios em todos os municípios, como no Estado do Pará.</p> <p>Sr. Fábio- o comitê não tem participado da gestão orçamentária da administração. Alguns assuntos da gestão não têm sido trazidos para discussão do comitê gestor orçamentário. Este comitê está muito preso à implementação da res. 219 e não pode ficar somente atrelado a ela.</p>	
<p>- Solicitar ao Presidente do TJPB que o Comitê Gestor Orçamentário de 1º Grau seja informado e efetivamente admitido na discussão prévia das demandas orçamentárias que envolvam direta ou indiretamente as questões pertinentes à priorização do 1º grau nos moldes estabelecidos na resolução 219/2016.</p> <p>- registra-se o compromisso firmado pela Secretaria de Planejamento nesta reunião acerca da apresentação das ata das reuniões que precederam o projeto de reajuste dos servidores pela SEPLAN em acordo com o SINDJU, onde está assentada a concordância com a nova metodologia do reajuste dos servidores do ano de 2015 em diante.</p>	Responsável Comitê	Prazo Final



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

- solicitar o comparecimento da secretário (a) da Secretaria de Gestão de Pessoas para esclarecer acerca das metodologias que estão sendo adotadas no estudo pertinente à elevação de entrância das comarcas de Santarém, Ananindeua e Marabá, bem como informar a este comitê acerca do estudo realizado sobre a criação de secretário de fórum.		
A próxima reunião ordinária será no dia 21 de setembro de 2018, às 11:30h , a se realizar na sala de reunião da Câmara Criminal Reunida.	Comitê	
Nada mais havendo, lida e aprovada por todos os presentes, encerrei a esta ata, que vai por mim, _____, e pelo Magistrado, devidamente assinada.		

Vanderley de Oliveira Silva



Poder Judiciário do Estado do Pará
Comitê Único, Gestor Orçamentário de 1º Grau

LISTA DE PRESENÇA 14ª REUNIÃO COMITÊ ÚNICO GESTOR ORÇAMENTÁRIO DE 1º GRAU		
Local: Sala das Câmaras Cíveis Reunidas – Prédio Sede		Data: 31/08/2018
PARTICIPANTE		ASSINATURA
Augusto Bruno de Moraes Favacho	TJPA	
Francisco Mateus da Costa Mota	TJPA	
Mário de Jesus Soares Rosa	SINDOJUS/PA	
Vanderley de Oliveira Silva	TJPA	
Marcos Nerivan Pureza da Costa	TJPA	
Antonio Francisco Gil Barbosa	TJPA	
Augusto Sidney Rodrigues	SINDJU - COMITÊ	
Fábio Hellann Martins Costa	SINJEP/PA	
Sueli Azevedo	Secretária de Planejamento	
HAROLDO BARBOSA	SINJEP/PA	
Marcia de Nazareno Fendoso Gilma	Seplan	